

Agropecuária e indústria no Centro-Oeste brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980: uma análise de classes*

Herick Vazquez Soares**

DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/hys.n35.66414>

Resumo | Este trabalho busca entender o contexto macroeconômico do processo de constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro e de incorporação da região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, entre 1965 e 1980, com o intuito de analisar a estrutura de classes regional engendrada por esse processo. Essa análise foi feita através do levantamento bibliográfico e documental das políticas públicas setoriais, econômicas e regionais, que levaram à aceleração do processo de industrialização no país durante os governos militares, articulado com a análise de dados dos censos populacionais, agropecuários e industriais de 1965 a 1980. A partir desse levantamento, este artigo faz uma reflexão teórica, nos marcos da Teoria da Dependência latino-americana, a respeito da estrutura de classes originada a partir da incorporação da região Centro-Oeste ao espaço econômico nacional. Os resultados do estudo demonstram que a incorporação da região Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro deu-se através de uma ação coordenada entre Estado, proprietários de terra e capitais agroindustriais, além de ter sido parte relevante para a alteração da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho e na sua diferenciação em relação aos demais países periféricos. Essa incorporação, na qual o ritmo de expansão e moldes de desenvolvimento foi dado a partir das novas tecnologias agropecuárias e do domínio da propriedade capitalista da terra, produziu um pacto regional de classes, cuja discussão e reflexão deve levar em conta a sua similaridade com o tripé social descrito pela Teoria da Dependência latino-americana, como expressão típica do processo de industrialização dependente em uma região essencialmente agrícola, mas indicativo do caráter industrial da agropecuária capitalista moderna.

Palavras chave | (Thesaurus) agroindústria; história econômica; desenvolvimento regional; classe social

*Recebeu: 17 de julho de 2017. Aprovado: 7 de fevereiro de 2018. Modificado: 4 de abril de 2018. Esta investigação não teve financiamento adicional.

**Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil). Doutorando em História Econômica, também pela Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil). Empregado público em uma empresa de economia mista, Banco do Brasil S.A. (Brasília, Brasil). Suas áreas de atuação são: História Econômica com ênfase em agricultura, desenvolvimento regional e crédito habitacional  <http://orcid.org/0000-0002-3904-1200>

 herick.soares@usp.br

Agriculture and Industry in the Brazilian Midwest between the Decades of 1960 and 1980: Class Analysis

Abstract | The paper seeks to understand the macroeconomic context of the Brazilian Agroindustrial Complex's constitution process and the incorporation of the Central-West region into the national economic space between 1965 and 1980 in order to analyze the regional class structure engendered by this process. This analysis is done through the bibliographical and documentary survey of sectoral, economic and regional public policies that led to the acceleration of the industrialization process in the country during the military governments. This is articulated with the analysis of data from the population, agricultural and industrial censuses of the 1965-1980 period. From this survey, the article makes a theoretical reflection on the framework of the Latin American Dependency Theory regarding the class structure originated from the incorporation of the Center-West region into the national economic space. The results of the study demonstrate that the incorporation of the Central West region into Brazilian capitalism took place by means of a joint action between State, landowners and agroindustrial capitals, and that it was a relevant step toward the change in Brazil's position in the international division of labor and toward its differentiation regarding other peripheral countries. This incorporation, whose rhythm of expansion and development patterns were derived from the new agricultural technologies and from the domain of capitalist land ownership, generated a regional class pact whose discussion and reflection must take into account its similarity with the social tripod described by the Theory of Latin American Dependence, considering it typical of a dependent industrialization on an essentially agricultural region, yet indicating the industrial character of modern capitalist farming.

Keywords | (Thesaurus) agroindustry; economic history; regional development; social class

Agricultura e industria en el centro-oeste brasileño entre las décadas de 1960 y 1980: un análisis de clases

Resumen | El trabajo indentifica el contexto macroeconómico subyacente a la constitución del complejo agroindustrial brasileño y a la incorporación de la región centro-oeste al espacio económico nacional entre 1965 y 1980, con el propósito de analizar la estructura regional de clases engendrada por ese proceso. Este análisis se da a través del levantamiento bibliográfico y documental de las políticas públicas sectoriales, económicas y regionales que llevaron a la aceleración del proceso de industrialización en el país durante los Gobiernos militares y se articula con el análisis de los censos poblacionales, agropecuarios e industriales del periodo transcurrido entre 1965 y 1980. A partir de ese levantamiento de información, el artículo hace una reflexión en el marco de la teoría de la dependencia latinoamericana acerca de la estructura de clases originada con la incorporación de la región centro-oeste al espacio económico nacional. Los resultados del estudio demuestran que la incorporación de dicho territorio al capitalismo brasileño se dio a través de la acción

conjugada entre Estado, propietarios de la tierra y capitales agroindustriales, siendo un paso relevante para la transformación de la posición de Brasil en la división internacional del trabajo y para su diferenciación en relación con los demás países periféricos. Esta incorporación, cuyo ritmo de expansión y moldes de desarrollo fueron dados a partir de las nuevas tecnologías agropecuarias y del dominio de la propiedad capitalista de la tierra, produjo un pacto regional de clases cuya discusión y reflexión debe tener en cuenta su semejanza con el trípode social descrito por la teoría de la dependencia latinoamericana, en tanto expresión típica de la industrialización dependiente en una región esencialmente agrícola, pero indicativa del carácter industrial de la agricultura capitalista moderna.

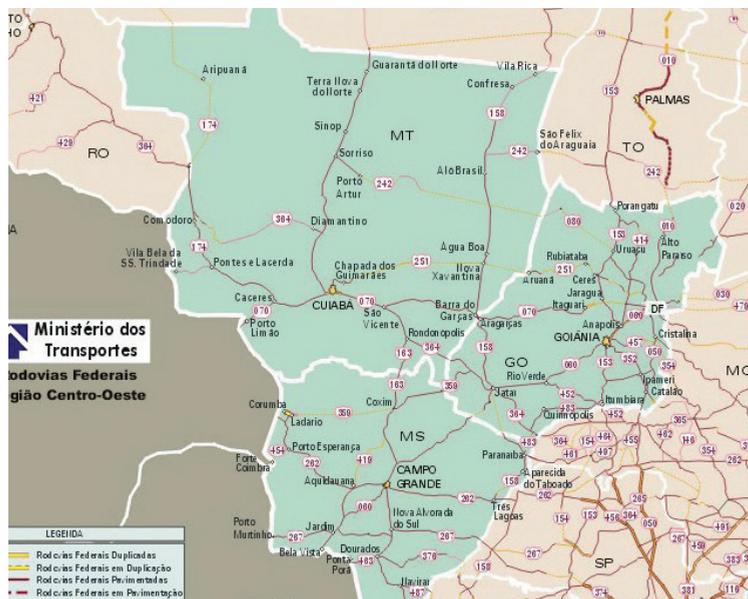
Palabras clave | (Tesouro) agroindustria; historia económica; desarrollo regional; clase social

Introdução

Durante os governos militares brasileiros (1964-1985), os esforços da política econômica estiveram concentrados na aceleração da industrialização do Brasil. No âmbito das políticas econômica e monetária, de 1965 em diante, foram introduzidas inovações cujos impactos tiveram grande relevância para a consolidação e avanço do Complexo Agroindustrial (CAI): a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que possibilitou o financiamento subsidiado para a modernização da agropecuária brasileira; as medidas de subsídios à exportação através de isenções fiscais, crédito e taxas de juros favoráveis; a adoção do sistema de minidesvalorização cambial junto ao abandono do câmbio fixo, que permitiu que a moeda fosse desvalorizada rapidamente e com menor impacto à estabilidade do sistema cambial. Além disso, as inovações na base técnica da agricultura avançaram com as políticas de substituição de importações de insumos agrícolas patrocinadas pelos planos de desenvolvimento, o que consolidou o CAI.

Esse contexto, aliado às políticas setoriais e regionais específicas, criou as condições necessárias para que o agronegócio capitalista moderno se expandisse rapidamente pela região Centro-Oeste do Brasil, entre 1965 e 1980. Essa ruptura ocorreu através da articulação das infraestruturas instaladas pela transferência da capital federal para a região Centro-Oeste, no período do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), juntamente com as novas políticas de planejamento e desenvolvimento regional e agropecuário, frutos dos objetivos estratégicos dos planos econômicos e de desenvolvimento dos governos militares. Vale destacar que, conforme mostra a figura 1, o Centro-Oeste está distante dos principais centros dinâmicos da economia nacional que estão localizados próximos à costa, em especial, do eixo Rio de Janeiro (RJ) - São Paulo (SP). Foi nesse período (1965-1980), que as políticas econômica, agrária e tecnológica de financiamento agrícola, além do acelerado processo de urbanização brasileiro, foram combinadas com o propósito de incorporar a região ao espaço econômico nacional, seguindo a tônica do projeto de industrialização do Brasil praticado nesse período.

Figura 1. O Centro-Oeste brasileiro em 1970.



Fonte: Ministério dos Transportes. “Mapa rodoviário federal”. *Anuário estatístico de Transportes* (Brasília, 2016).

Nesse processo, a elevada integração entre indústria e agricultura fez com que os grandes proprietários rurais e as grandes corporações de esmagamento de grãos e frigoríficos assumissem um papel destacado na forma como a região integrou-se ao capitalismo brasileiro. Amalgamados e apoiados pelo Estado, esses segmentos tiveram participação fundamental na “vocação agropecuária” estabelecida para o Centro-Oeste no projeto de desenvolvimento econômico dos governos militares brasileiros. No contexto da Revolução Verde¹, a agropecuária brasileira modernizou-se sem romper com o modelo de concentração fundiária do campo brasileiro, o que possibilitou grandes nichos de negócios para os capitais agroindustriais,

1. “Este modelo foi proposto e implementado por instituições americanas e multilaterais (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, Banco Mundial e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID–) como forma de salvar a agricultura dos países em desenvolvimento de uma suposta incapacidade de superar os obstáculos tecnológicos”. Veja: Bernardo Palhares Campolina Diniz, “O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia” (tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2006), 97. Esse modelo veio ao encontro dos interesses das multinacionais produtoras de insumos e equipamentos agrícolas, as quais determinaram os novos padrões tecnológicos e subordinaram os produtores. O modelo manteve intocados os principais problemas dos países em desenvolvimento: a concentração fundiária e as relações de produção arcaicas no campo. Assim, a Revolução Verde consistiu, basicamente, na difusão de pacotes tecnológicos capazes de aumentar a produção das grandes propriedades agrícolas.

tanto na compra de matérias primas quanto na venda de insumos agrícolas, sementes e maquinário. Além disso, os rápidos processos de urbanização e industrialização, que marcaram o Brasil durante os governos militares, fizeram com que a demanda por produtos alimentícios industrializados crescesse rapidamente e se convertesse num importante componente na formação dos preços da mão de obra industrial, tornando o setor alimentício como estratégico. Nessa direção, o Estado teve papel marcante, a partir de 1965, através das políticas agrícolas que tornaram possível o aproveitamento dos solos do Cerrado², cuja latitude, originalmente, era inadequada para a soja.

A Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) desenvolveu as sementes de soja de período juvenil longo³, como a Timpira, Tropical e Numbaíra e novas formas de tratamento do solo. Além disso, o Prodoeste (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste), e a Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) incentivaram a imobilização de capital na aquisição de terras para a abertura de fazendas e empreendimentos agroindustriais de grande porte, promovendo a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital, com forte influência da indústria agroquímica.

Ressalta-se, ainda, a efetivação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), em 1965, que desempenhou um papel importante no aumento da produtividade, com taxas e normas mais flexíveis em relação ao crédito tradicional. Em vista do exposto, este artigo relaciona o contexto macroeconômico do processo de constituição do Complexo Agroindustrial brasileiro na incorporação do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional, entre 1965 e 1980. A proposta é analisar a estrutura de classes regional engendrada nesse processo, que se revelou uma expressão do processo de industrialização brasileiro, à medida que esse espaço foi, em grande proporção, aproveitado economicamente a partir das necessidades da economia urbano-industrial do Sudeste.

Busca-se também verificar como as estruturas de poder regionais, que resultam do processo de integração econômica do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro, e o pacto social são expressos através de uma relação de classes específica, mas que guarda suas semelhanças com o esquema de tríplice aliança presente no marco teórico do desenvolvimento dependente: os imigrantes da Revolução Verde, oriundos principalmente da região Sul do Brasil, que passaram a constituir a parte importante da classe proprietária de terras;

.....
2. O Cerrado é um bioma que se assemelha à savana. Seus solos apresentam uma coloração que vai do vermelho ao amarelo, são muito ácidos e pobres em nutrientes. A ausência de fertilidade dos solos do Cerrado foi resolvida por meio de técnicas específicas, como a calagem (correção da acidez por meio do calcário), a adubação fosfatada e a adubação potássica.

3. As sementes de período juvenil longo são menos dependentes de latitudes baixas para o seu plantio porque dependem menos do “tamanho” do dia (foto período) para o seu desenvolvimento. Ou seja, os dias curtos, típicos das regiões tropicais, que tenderiam a induzir ao florescimento precoce e ao baixo desenvolvimento do cultivar, já não têm esse efeito sobre as sementes de período juvenil longo.

o Estado, através da intensificação do capital fixo “dormente”⁴, condição necessária à ampliação dos capitais “vivos” (capital variável das empresas) e dos capitais “mortos” (capitais fixos), o que levou a uma diferenciação especulativa do espaço; os capitais agroindustriais nacionais e, sobretudo, internacionais, que tiveram atuação importante na expansão da atividade agropecuária na região e a sua integração com os capitais financeiro e industrial.

A modernização conservadora no Brasil

O rápido crescimento econômico, ocorrido entre os anos de 1965 e 1980, ocasionou a acelerada penetração de relações e práticas de caráter capitalista em todos os âmbitos da vida socioeconômica do país. Nesse contexto, o papel do setor agrícola passou a ser definido a partir das necessidades do desenvolvimento urbano industrial, e não mais a partir de uma estratégia de crescimento baseada primordialmente na expansão da produção exportadora⁵. Trata-se de um marco importante, pois é partir dele que surgiram novos aspectos no planejamento das políticas agrícolas, como a necessidade de produção estável e em escala suficiente para a manutenção dos preços da mão de obra no meio urbano. Essa mudança de identidade do papel da agricultura fez com que a função de atrair divisas estrangeiras tenha sido somada às exigências de uma maior integração com a indústria, o que evidenciou novas demandas e interesses nacionais e internacionais envolvidos na agropecuária.

A partir desse momento, o Estado mudou a forma de articulação da sua política econômica e das suas ações para o setor agrícola. A política deixou de ser meramente cambial e passou a incentivar a transferência de recursos para constituir aparatos financeiros, reguladores e tecnológicos mais complexos que, em virtude da correlação de forças políticas e classistas do campo brasileiro, marcou um processo tradicionalmente denominado de “modernização conservadora”. O termo “modernização conservadora” foi desenvolvido por Moore Junior para caracterizar a passagem da Alemanha e do Japão de economias pré-industriais para economias capitalistas e industriais. O eixo central do projeto de modernização conservadora é uma aliança entre as elites burguesas e elites proprietárias de terras, que gera regimes autocráticos e totalitários na passagem do estágio pré-industrial para a economia capitalista.

Dessa forma, o projeto de modernização conservadora é típico dos países onde a burguesia nascente não tem forças para romper com a classe de proprietários rurais, fato

.....

4. Milton Santos divide em três rubricas os “tipos” de capital necessário para o empreendimento agrícola capitalista: capitais fixos empregados na criação de infraestruturas de uso coletivo; capitais fixos destinados a criar ou renovar os meios de produção e capitais variáveis, aplicados nas esferas da circulação e da produção. O capital fixo aplicado em infraestruturas, chamado por Santos de capital fixo “dormente”, é necessário para a reprodução do capital “vivo”, constituído pelas forças de produção das empresas (capitais fixos para meios de produção e capitais variáveis). Milton Santos, *Economia Espacial* (São Paulo: Edusp, 2003), 140-141.

5. Guilherme Costa Delgado, *Capital financeiro e agricultura no Brasil* (São Paulo: Ícone, 1985), 26.

que resulta num pacto político entre as duas classes. Esse pacto acaba por possibilitar a construção de uma sociedade capitalista sem que as elites pré-industriais sejam retiradas do centro do poder de comando do Estado⁶. Vale destacar também que muitas dessas empresas aproveitaram-se das estruturas pré-capitalistas nos seus processos de acumulação primitiva e de reprodução ampliada do capital, de modo que a concentração fundiária não foi um obstáculo à industrialização no Brasil.

Além de servir como reserva patrimonial, a grande propriedade agrária, quando penetrada pelas forças produtivas do capital, expandiu a produção sem demandar maiores áreas e o fracionamento das propriedades. O uso intensivo de insumos industriais na agropecuária “selecionou” os produtores que eram capazes de adequar-se às novas tecnologias e transformou os outros em mão de obra nos mercados de trabalho capitalistas ou relegou-os à agricultura de subsistência ou de gêneros menos lucrativos. No poder político, as elites agrárias continuaram determinando os rumos do desenvolvimento do país e tendo a burguesia industrial como sócio menor:

[...]uma classe tão pouco fora caracterizada e consciente de si mesma nunca poderia ter conduzido a sociedade brasileira pelos tortuosos caminhos da industrialização, não fora sua aliança, embora na condição de sócio menor, com outra classe social, muito mais amadurecida e segura de si, muito mais politicamente organizada, como era o latifúndio brasileiro da época”.⁷

Os produtores rurais que conseguiram internalizar as inovações tecnológicas – desenvolvidas principalmente pelas multinacionais e pelas agências de pesquisa do Estado – fizeram-no, em grande medida, graças à política governamental de financiamento no período. O processo de modernização conservadora da agropecuária brasileira constituiu-se a partir da integração das grandes propriedades rurais com as agroindústrias. No contexto da Revolução Verde, os produtores foram estimulados a demandar produtos industriais e internalizá-los como parte importante do processo produtivo e de reprodução ampliada do capital. A questão agrária passou a estar mais relacionada à questão da expulsão dos trabalhadores – que perderam suas funções em razão da modernização agrícola – do meio rural do que à questão da divisão da terra em si. Essa nova configuração da questão agrária ocorreu graças ao ritmo de expulsão da mão de obra rural ter sido maior do que a capacidade de absorção dos núcleos urbanos.

Assim, surgiu um exército de reserva oriundo do meio rural, que barateou o preço da mão de obra tanto no meio urbano quanto no meio rural. Vale notar que o barateamento da mão de obra foi um dos principais alicerces do processo de acumulação de capital tanto no meio urbano quanto

6. Murilo José de Souza Pires, “O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil”, *Revista Econômica do Nordeste* Vol: 40 n.º 3 (2009): 411-414.

7. Inácio Rangel, *Obras reunidas*, Vol. 1 (Rio de Janeiro: Contraponto, 2005), 61.

no meio rural, durante as décadas de 1960 e 1970. Pode-se dizer, portanto, que o processo de modernização conservadora da agricultura não significa apenas a intensificação das desigualdades no meio rural brasileiro, pois ampliou as diferenças entre os produtores rurais capazes de internalizar as inovações tecnológicas e os trabalhadores cuja força de trabalho passou a ser menos demandada, mas também que provocou reflexos significativos no meio urbano-industrial. Além disso, os produtores que não puderam incorporar tais tecnologias não conseguiram se articular nos elos das cadeias produtivas dos complexos agroindustriais e, muitas vezes, abandonaram o campo, o que reforçou a concentração fundiária e barateou a força de trabalho.

A agropecuária e as transformações socioeconômicas ocorridas entre 1960 e 1980

Durante o século XX, em especial a partir de 1950, alguns países do chamado “Terceiro Mundo”, entre eles o Brasil, se industrializaram e passaram a se diferenciar de forma contundente do restante dos países da periferia. Internamente, os países periféricos industrializados acabaram por ter economias mais diferenciadas, aparelhos de Estado e relações sociais mais complexas, assim como um novo relacionamento entre as elites locais, o capital internacional e o Estado. Não obstante, a industrialização da periferia não eliminou a dependência em relação aos países centrais, mas a tornou mais complexa e diferenciada em relação ao esquema clássico de dependência observado nas sociedades genuinamente agroexportadoras⁸. Ainda que a exportação de capital dos países centrais para a periferia tenha sido utilizada como forma de controlar os meios de produção na periferia, de modo a intensificar o desenvolvimento do capitalismo no centro, ela, inevitavelmente, acelerou o desenvolvimento do capitalismo e das formas capitalistas de produção por todo o mundo. Assiste-se, neste último quartel de século (século XX), a uma aceleração das mutações. Cada vez mais o homem vê-se obrigado a utilizar técnicas — que ele não criou — para produzir para os outros aquilo de que não tem necessidade ou meios de utilizar. Em razão desta passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, geradas espontaneamente, para uma só tecnologia, imposta em escala mundial, o homem também muda. Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um “homem mundial”.

A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais diferenciados por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair capital⁹. O desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção levou a um aprofundamento da divisão social e geográfica do trabalho em escala nacional e internacional. Não é mais somente a escala de decisões local que determina

8. Peter Evans, *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980), 30.

9. Milton Santos, *Economia Espacial*, 138-139.

a divisão social e geográfica do trabalho, mas o capital, de acordo com suas necessidades de localização, realocação e reprodução. O capital torna-se o intermediário entre o homem, destituído dos meios de produção, e o espaço alienado e sua capacidade de atrair capitais. Isso significa dizer que as elites locais detêm poder sobre os fluxos de capital cuja dinâmica é local, enquanto os capitais oligopolistas transnacionais controlam o fluxo de capital e o funcionamento da economia a nível mundial. Durante o processo de industrialização brasileira, a penetração do capital no meio rural transformou a produção em mercadoria, valor de uso em valor de troca.

Assim, ainda que se leve em consideração que algumas regiões de exploração agrícola mais tradicional, como o Nordeste, não tenham apresentado transformações radicais no que diz respeito à integração com os capitais industriais, é inegável que, na fronteira do Centro-Oeste, a agropecuária desenvolveu-se com elevado grau de tecnologia produtiva e integração com os capitais financeiro e industrial, produzindo um modelo de exploração e acumulação essencialmente capitalista também na agricultura. O curso desse desenvolvimento tende a ser determinado tanto pelas ocorrências do centro do Capitalismo quanto pela evolução interna das próprias sociedades periféricas, revelando que o local não é passivo ante o grande capital multinacional. A Teoria da Dependência identificou, na depressão da década de 1930, um ponto de inflexão a partir do qual a velha base agroexportadora tornou-se obsoleta e a transição do eixo dinâmico para o mercado interno foi inevitável. O principal êxito da teoria foi identificar que, apesar da industrialização, algumas estruturas sociais típicas das sociedades dependentes continuaram a existir – ainda que transformadas –, assim como mapear tais estruturas. O desenvolvimento dependente é um caso especial de dependência, caracterizado pela associação ou aliança do capital internacional e nacional. O Estado também participa da aliança como um sócio ativo, e a tríplice aliança resultante é um fator fundamental no aparecimento do desenvolvimento dependente.

Tal desenvolvimento ocorria mesmo durante o período de dependência clássica e de “crescimento orientado para a exportação”, pelo menos nos países que poderiam, mais tarde, fazer a transição para a “consolidação do mercado interno”. Se a acumulação de capital e certo grau de industrialização não tivessem ocorrido nesses países, a transição teria sido impossível. Mas o desenvolvimento dependente era a antítese emergente, e não o principal tema da dependência clássica. Nesta, a acumulação do capital industrial ocorreu apesar dos interesses da elite dominante¹⁰. Nesse novo cenário, surge uma aliança entre capital nacional, capital internacional e Estado, retratada por Fernando Henrique Cardoso. Seu modelo, chamado de “desenvolvimento dependente associado”, apresenta uma relação mais complexa entre os grupos sociais envolvidos na aliança, no qual a acumulação de capital, promovida através da aliança entre capitais nacionais e estrangeiros, gera uma diferenciação no sistema produtivo. O Estado participa da aliança de forma ativa. O termo “desenvolvimento dependente” é

10. Peter Evans, *A Trílice Aliança*, 42.

apropriado ao Brasil não só pelo fato de a acumulação de capital e a industrialização terem se diversificado e se internacionalizado nos setores de bens de consumo duráveis e de bens intermediários e de produção, mas também pelo fato de a industrialização diversificada ter tido impacto decisivo na transformação da economia e da estrutura social do país.

Não obstante, o desenvolvimento dependente não pode configurar a negação da dependência, mas sim sua combinação e correlação com o desenvolvimento econômico dos países dependentes. Esse entrosamento é provocado pelo fato de tal modelo de desenvolvimento não eliminar, senão, inclusive, acentuar, as características típicas que marcam as estruturas socioeconômicas da periferia, pois a divisão internacional do trabalho permanece baseada em novos patamares de desigualdade entre os países: quando examinamos as relações entre as economias do “desenvolvimento associado” e as economias centrais, não é difícil compreender que a “divisão do trabalho” internacional persiste, baseada em graus muito desiguais de riqueza ou formas desiguais de apropriação do excedente internacional e na monopolização de setores capitalistas dinâmicos pelos países centrais¹¹.

Essa abordagem deve abarcar as estruturas de classe específicas em seus locais no âmbito do capitalismo brasileiro. No caso do Centro-Oeste, apesar da região ser uma frente pioneira não pautada pela expansão da indústria, sua inserção no capitalismo brasileiro revelou-se uma expressão do processo de industrialização brasileira, à medida que esse espaço foi, em grande proporção, aproveitado economicamente a partir das necessidades da economia urbano-industrial do Sudeste. Nessa região, o pacto social do processo de integração econômica regional é expresso através de uma relação de classes algo diversa, porém muito semelhante, à do esquema de tríplice aliança¹²: os imigrantes da Revolução Verde, oriundos principalmente da região Sul do Brasil, constituíram a principal parte da classe proprietária de terras; o Estado, através da intensificação do capital fixo “dormente”¹³, necessário à ampliação dos capitais “vivos” (capital variável das empresas) e “mortos” (capitais fixos), proporcionando uma diferenciação especulativa do espaço, tornando-o aproveitável do ponto de vista econômico; os capitais agroindustriais nacionais e, sobretudo, internacionais, tiveram atuação importante na expansão da atividade agropecuária na região e na sua integração com os capitais financeiro e industrial.

Os imigrantes da Revolução Verde

O principal movimento migratório rumo ao Centro-Oeste ocorreu a partir de 1970, período em que a cultura das variedades de sementes tropicais desenvolvidas pela Embrapa começou a

.....
11. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento da América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977), 20.

12. Peter Evans, *A Tríplice Aliança*, 36.

13. Milton Santos, *Economia Espacial*, 140-141.

espalhar-se de forma mais rápida pela região. Entre 1970 e 1980, os territórios compreendidos pelos atuais estados de Tocantins, de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e de Goiás, além do Distrito Federal, receberam 1.401.573 imigrantes, conforme a tabela 1. Esse número corresponde a 62,14% do crescimento da população residente da região, que passou de 4.551.391 para 6.806.720 habitantes. Do total de imigrantes, 22% eram oriundos da região Sul do país, ou seja, mais de 301.000 imigrantes, que se dirigiram principalmente para os estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, nos quais 48% e 43%, respectivamente, eram oriundos da região Sul (tabela 1).

Tabela 1. Distribuição da Imigração por Origem e Destino dos Migrantes entre 1970 e 1980

UF Anterior	UF Atual							
	GO		MS		MT		DF	
	Imigrantes		Imigrantes		Imigrantes		Imigrantes	
Distrito Federal	22%	66.570	1%	1.750	1%	1.629	0%	0
Goiás	0%	0	3%	7.877	13%	43.006	16%	77.556
Mato Grosso	5%	14.793	5%	13.129	0%	0	1%	2.379
Mato Grosso do Sul	2%	5.855	0%	0.0	11%	35.186	1%	2.854
Minas Gerais	30%	91.534	3%	9.336	10%	31.603	16%	77.556
Nordeste	22%	66.262	6%	16.047	5%	16.290	42%	200.790
Norte	2%	5.855	1%	1.458	0%	358	2%	9.991
Outros Sudeste (ES e RJ)	2%	5.855	3%	7.294	0%	684	12%	55.669
Outros Sul (RS e SC)	1%	3.390	7%	21.590	8%	25.738	2%	9.040
Paraná	2%	5.547	41%	118.748	35%	112.402	1%	5.233
Rondônia	0%	308	0%	1.167	0%	358	0%	475
São Paulo	11%	33.285	3%	9.365	13%	41.702	5%	23.790
Tocantins	3%	9.245	0%	291	1%	3.909	2%	10.943
Total em milhares	308.196		291.766		325.804		475.807	
Total de imigrantes	1.401.573		Total de Imigrantes da Região Sul				22%	301.692

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo demográfico de 1970* (Rio de Janeiro: S.e., 1970), e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo demográfico de 1980* (Rio de Janeiro: S.e., 1980). Tabulações Especiais do NEPO (Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”), Unicamp.

Essas frentes de imigração devem ter suas características levantadas a partir dos seus fatores de estímulo e das suas transformações ao longo do tempo. Nos estados da região Sul, a coerência regional estrutural alcançada, fortemente baseada em propriedades agrícolas familiares de caráter empresarial, levou a uma crescente escassez de terras para a formação de grandes propriedades, processo que costuma ocorrer em áreas onde a terra tem elevado valor e onde predomina a agricultura empresarial mecanizada¹⁴. Sendo assim, observa-se que, nos na década de 1970, parte significativa dos migrantes que chegavam à região Centro-Oeste tinham como intuito estabelecer empreendimentos próprios, dado o fato de a região, naquele momento, oferecer a oportunidade de constituição de propriedades maiores em relação aos estados de origem¹⁵. Esse fato pode ser comprovado pela tabela 2, sobre ocupação dos chefes de família imigrantes interestaduais da região Centro-Oeste.

A tabela mostra a ocupação dos chefes de família economicamente ativos, em números totais e percentuais, a fim de apurar a participação dos imigrantes na formação da classe proprietária de terras da região e a sua participação na classe trabalhadora. Os dados foram tabulados com a exclusão do Distrito Federal, já que tal região concentra grande contingente de servidores públicos, enquadrados no setor de serviços, realidade incompatível com a observada no restante da região. Dos 224.046 chefes de família que migraram para a região nos anos 1970, 16,6% eram empregados da agropecuária, 37,4% da indústria, comércio e serviços, 3,1% trabalhadores agrícolas volantes e 0,5% parceiros ou meeiros empregados, totalizando 57,5% dos chefes de família imigrantes na condição de empregados/trabalhadores. 41,7% eram, de alguma forma, autônomos ou trabalhavam por conta própria, sendo que 17,8% eram autônomos na agricultura e 5,7% empregadores sem remuneração e, portanto, proprietários de estabelecimentos agrícolas ou não agrícolas. Em Mato Grosso, os autônomos da agricultura e empregadores chegam a somar 23,5% dos chefes de família.

A tabela 2 mostra ainda a baixa penetração de mão de obra assalariada relacionada ao setor agrícola nesse período: 19,7%, valor que inclui a soma das categorias de empregado na agropecuária e trabalhador volante agrícola. Os dados mostram também a existência de uma precarização das relações de trabalho na região, já que a categoria de autônomos em outras atividades, que inclui um segmento de baixa renda urbano, dedicado a “bicos”¹⁶ e atividades esporádicas, chegou a 16,6%.

.....
14. Charles Curt Mueller, “Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste”, *Revista de Planejamento e Políticas Públicas* Vol: 3 n.º 1 (1990): 63.

15. José Marcos Pinto Cunha, “Dinâmica Migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso”, *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* Vol: 23 n.º 1 (2006): 87-107.

16. No Brasil, o termo “bico” é usado para designar a realização de atividades profissionais esporádicas realizadas na economia informal.

Tabela 2. Chefes de família imigrantes interestaduais economicamente ativos segundo condição de ocupação entre 1970 e 1980 em percentual

Estado	Goiás		Mato Grosso		Mato Grosso do Sul		Total CO sem DF	
	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total
Trabalhador volante agrícola	3,3%	2.411.4	2,6%	2.031	3,3%	2.404	3,1%	6.846
Parceiro ou meeiro empregado	0,6%	438	0,4%	312	0,6%	437	0,5%	1.188
Empregado na agropecuária	13,8%	10.083	16,3%	12.734	19,6%	14.278.8	1,6%	37.096
Empregado comércio e indústria	47,3%	34.563	26,3%	20.546	39,3%	28.630	37,4%	83.739
Total trabalhador-empregados	65%	47.496	45,6%	35.624	62,8%	45.750	57,5%	128.871
Parceiro ou meeiro autônomo	1,7%	1.242	0,9%	703	2,2%	1.602	1,6%	3.548
Autônomo agropecuário	8,5%	6.211	31,4%	24.530	12,6%	9.179	17,8%	39.921
Autônomo outros	18,8%	13.737	16,2%	12.655	14,8%	10.781	16,6%	37.175
Empregador sem remuneração	5,4%	3.945	5%	3.906	6,7%	4.881	5,7%	12.733
Total autônomo-empregador	34,4%	25.136	53,5%	41.795	36,3%	26.444	41,7%	93.377
Outros (mal definidos)	0,6%	438.4	0,9%	703.1	0,9%	655.7	0,8%	1797.2
Total	100%	73.072	100%	78.123	100%	72.851	100%	224.046

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo demográfico de 1970* (Rio de Janeiro: S.e., 1970), e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo demográfico de 1980* (Rio de Janeiro: S.e., 1980). Tabulações Especiais do NEPO (Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”), Unicamp.

Esse movimento migratório foi uma importante base para a formação da elite proprietária de terras e, também, de uma burguesia agrária que, além de controlar a propriedade da terra, controlava alguns setores do capital industrial nacional, como abatedouros, frigoríficos e grupos processadores de alimentos. A força dessa nova burguesia agrária foi construída a partir da nova ligação do espaço econômico do Centro-Oeste à economia urbano-industrial do Sudeste e do papel da agroindústria nesse cenário. A Teoria da Dependência mostra que

o imperialismo¹⁷ estimulou, nos países dependentes, o crescimento dos capitalistas agrários voltados para exportação. Entretanto, essa evidência da correlação existente entre a totalidade da economia-mundo capitalista e a forma de articulação das elites nesse novo espaço, não pode levar à estreita concepção de que elite local do Centro-Oeste tenha se constituído como um simples elo local de uma hegemonia dos grandes capitais agroindustriais nacionais e internacionais na economia-mundo capitalista. É necessário considerar que ela possuía – e ainda possui – um poder de influência decisivo no desenvolvimento regional, nas políticas do Estado e nos cenários políticos local e nacional. A aparente relação de “subordinação” da burguesia local esconde, na verdade, uma relação dialética entre a burguesia nacional e as multinacionais.

Mesmo a burguesia “internacionalizada”, coerentemente aliada ao capital internacional, tem interesse pela acumulação local como forma de manter sua posição e privilégios. Seja através da propriedade conjunta de firmas ou da prestação de serviços e atividades complementares àquelas desempenhadas pela multinacional, a burguesia local depende do “nacionalismo”, ainda que o Estado tenha moldado o relacionamento das elites locais com o grande capital multinacional em estreita sintonia com os interesses dos capitais internacionais¹⁸. No Centro-Oeste, essa interação mostrou-se mais difícil e complexa, pois, apesar da penetração do capital internacional em todos os estágios da produção agropecuária da região ter sido consideravelmente facilitada pelas políticas e incentivos estatais, o Estado auxiliou decisivamente a burguesia local no sentido de conseguir consolidar-se, não só no controle da terra e de grande parte da produção agropecuária, mas também no controle de parte da agroindústria. Isso mostra a importância e a expressão das elites locais no desenvolvimento de forças capitalistas de produção e no controle e implementação das políticas públicas, ainda que em um contexto de desnacionalização da economia.

A título de ilustração, o expoente maior da relação dialética entre capital internacional e nacional presente na atividade agroexportadora no Centro-Oeste é o ex-governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, que já foi o maior plantador individual de soja do mundo e é controlador do Grupo Andre Maggi. De família de ascendência italiana, o atual senador pelo Partido da República de Mato Grosso, é paranaense, da cidade de São Miguel do Iguacu. Filho de André Antônio Maggi e Lúcia Borges Maggi, fundadores das sementes Maggi em 1977, Blairo Maggi é agrônomo e chegou a Rondonópolis (MT), na década de 1980, no intuito de comprar terras para a produção de soja. No Centro-Oeste, o negócio prosperou e a família começou a produzir soja em grande escala. A partir de então, o grupo se transformou numa grande *holding*, que atua nos setores de transportes, energia, processamento e beneficiamento, sementes,

.....
17. Paul Baran e Paul Sweezy, *Capitalismo Monopolista* (Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966), 177-191. Segundo os autores, o imperialismo é um fenômeno político que se manifestou na estrutura de classes formada na periferia, engendrando relações de classe dialéticas características das localidades periféricas.

18. Peter Evans, *A Trílice Aliança*, 48.

fertilizantes e comércio exterior. Além do seu sucesso no mundo empresarial, Blairo Maggi começou a ganhar notoriedade política em Mato Grosso ao organizar produtores de soja por renegociações de dívidas junto ao Banco do Brasil e ao governo federal.

Em 2002, lançou-se candidato ao governo de Mato Grosso e venceu as eleições no primeiro turno, fato repetido nas eleições de 2006. Em 2009, foi eleito um dos 67 empresários mais influentes do mundo pela Revista Forbes, e em 2011, renunciou ao cargo de governador para candidatar-se a senador. Eleito, foi convidado pela presidente Dilma Rouseff a assumir o ministério dos transportes, mas recusou o convite. Em 2013, foi presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, o que facilitou sua atuação no debate do novo Código Florestal que, entre outras medidas, perdoou desmatamentos realizados até a data de sua promulgação e diminuiu as áreas de reservas legais exigidas nas propriedades. Nomeado em 2016, Maggi atualmente ocupa o cargo de ministro da agricultura do governo Michel Temer. Essa incursão mostra que a estrutura de classes que se desenvolveu no Centro-Oeste exorbitou o âmbito da localidade, tendo em vista a importância que a região assumiu no capitalismo brasileiro, principalmente a partir do final da década de 1990, com o reforço da importância dos gêneros agrícolas, em especial a soja, e pecuários na pauta de exportações brasileira.

O papel do estado no ajuste espacial

Dentro de uma mesma nação, o Estado solda coerências estruturais regionais articuladas num padrão de acumulação nacional, que só pode ser explicado a partir da economia-mundo capitalista. Uma das formas de fazê-lo é através da expansão geográfica. Tanto o capital quanto a força de trabalho excedentes na região de origem são aplicados para fomentar uma nova capacidade produtiva em outras regiões, o que gera uma demanda de criação de infraestruturas básicas, para a qual será destinada boa parte dos capitais acumulados. O Estado irá investir decisivamente nos setores nos quais a iniciativa privada não tem condições ou interesse de fazê-lo, mas que são de importância fundamental para garantir a circulação dos capitais privados e das suas taxas de retorno. Durante o regime militar, o projeto de industrialização a partir do Sul e Sudeste, embutido na estratégia dos planos de desenvolvimento, passou a estabelecer qual deveria ser o papel da agropecuária e como seriam ocupados os novos espaços produtivos.

Para o governo militar, a agropecuária tinha o papel de assegurar preços baixos para os produtos que predominavam na formação dos preços da mão-de-obra e gerar divisas mediante a exportação de gêneros agrícolas “*in natura*” ou já industrializados, conforme foi expresso, em 1964, no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG): a agricultura brasileira caracteriza-se pela sua baixa produtividade geral. Não só a formação de capital fixo é reduzida, como o progresso

tecnológico é lento. Acresce que políticas simplistas de combate à inflação, pela via de meras tentativas de controle de preços, conduzem, numa perspectiva de longo prazo, a um círculo vicioso: a distorção do sistema de preços tende a desencorajar o investimento na agricultura e, em consequência, esta não se expande a uma taxa que seja suficiente para compensar o ritmo de crescimento da demanda. Mantém-se, assim, uma pressão constante de alta de preços.

Ao tentar estimular o crescimento do setor, leva-se em conta o que compete à agricultura neste estágio do desenvolvimento do País: prover a base indispensável à intensificação da concentração urbana determinada pela industrialização, por via do fornecimento de bens alimentícios e matérias-primas; suprir parte substancial das necessidades de divisas para financiar as crescentes importações de matérias-primas, produtos intermediários e bens de capital; absorver parte da mão-de-obra que, anualmente, ocorre ao mercado de trabalho e ter em vista a, relativamente baixa, taxa de aumento do emprego do setor secundário¹⁹. Para alcançar tais fins, o Estado cumpriu um papel fundamental na criação das condições para a penetração da agropecuária moderna e da agroindústria no Centro-Oeste brasileiro. Sua atuação no que tange à intensificação do capital fixo — através da criação de infraestruturas, pesquisa técnico-científica para a soja, e programas de desenvolvimento — deu à região condições de atrair capitais variáveis e produziu um espaço aproveitável do ponto de vista econômico. A adaptação da soja aos solos do cerrado representou um ponto de inflexão intelectual empreendido pelo Estado, que através da Embrapa, abriu um novo horizonte para a exploração econômica do espaço. Por meio de incentivos fiscais, crédito subsidiado e investimentos em infraestrutura, o Estado brasileiro tornou possível a instalação de grandes grupos agroindustriais²⁰ na região Centro-Oeste.

A formação do pacto regional de classes na região articulou a agroindústria multinacional com os produtores rurais, através das estratégias de inovação tecnológica da Revolução Verde. As indústrias de insumos agrícolas, de processamento e de beneficiamento de alimentos passaram a ser uma importante forma de reprodução do capital na agricultura, de modo que o controle oligopolista do processo de consumo produtivo na região não pode deixar de ser situado como parte fundamental no processo global de expansão do capitalismo monopolista no campo. A tabela 3 mostra que a indústria de produtos alimentares no Brasil mais que dobrou o valor de sua produção durante os anos de 1970. Além disso, apesar do grande crescimento industrial no período, o setor de produção de alimentos manteve elevada participação no número de estabelecimentos, no pessoal ocupado e no valor da produção da indústria de transformação brasileira.

.....
19. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, *Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) 1964-1966 – Síntese* (Brasília: S.e., 1964).

20. Alguns grupos com instalações na região, cujos faturamentos ultrapassavam 1 bilhão de cruzeiros em 1981: Ometto (açúcar; álcool; imóveis; agropecuária); Biafi-Zanini (metal-mecânica; açúcar; álcool; fertilizantes); Sadia (avicultura e frigoríficos); Klabin (papel; celulose; embalagens; reflorestamento); Bueno Vidigal (metal-mecânica; cimento; seguros; agropecuária; colonizadoras rurais). *Gazeta Mercantil, Atlas Financeiro do Brasil, 1981. Quem é Quem na Economia Brasileira, Balanço Anual e Visão da Gazeta Mercantil, 1981.*

Tabela 3. Participação da indústria de produtos alimentares na indústria de transformação no Brasil

Período	Estabelecimentos		Pessoa Ocupada ²¹		Valor da Produção	
	Número	%	Número	%	Em milhões de US\$ de 1981 ²²	%
1970	17.162	24,4%	315.508	12,88%	11.723.70	19,74%
1975	19.314	20,54%	434.953	12,07%	22.687.40	15,33%
1980	24.916	21,06%	566.833	12,19%	29.180.60	13,78%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo Industrial de 1970*, (Rio de Janeiro: S.e., 1970); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo Industrial de 1975*, (Rio de Janeiro: S.e., 1975) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Censo Industrial de 1980*, (Rio de Janeiro: S.e., 1980).

A política fundiária praticada pelo Estado, entre 1960 e 1980, ao estimular a grande propriedade agrícola e a valorização especulativa da terra, também foi pilar importante para a penetração do capital industrial e financeiro na agropecuária. A propriedade da terra caracteriza-se com a imobilização de recursos para se obter renda antecipada. Isto é, comprar terra é comprar o direito de extrair renda da sociedade em conjunto. O monopólio da posse da terra é fundamental no capitalismo para subordinar o trabalho e extrair a mais-valia²³. Dessa forma, a política fundiária praticada, que estimulou a valorização da propriedade fundiária como ativo financeiro, deu melhores condições para que, na região Centro-Oeste, os grandes conglomerados empresariais e as elites agrárias se apropriassem das maiores porções de terra, em detrimento de pequenos proprietários e posseiros, para muitos dos quais restaram a proletarianização ou a migração para novas frentes de expansão. No Centro-Oeste, o progresso técnico da agricultura também marcou o processo de expansão do capitalismo monopolista, à medida que a indústria passou a apropriar-se de parte maior do excedente agrícola através da transformação das propriedades rurais em consumidoras dos produtos industriais.

21. Estabelecimentos com cinco ou mais pessoas ocupadas, em 31/12 de cada ano.

22. Corrigido pelo índice 2 da Fundação Getulio Vargas (FGV) e pela taxa de câmbio média do ano de 1981.

23. A aparente contradição entre capital e propriedade fundiária está no fato de que, ao adquirir lotes de terra, o proprietário aplica seus recursos na propriedade da terra, que não gera mais-valia, deixando de aplicar na produção. A contradição é aprofundada ao levar-se em consideração que a concentração da propriedade da terra não aumenta a capacidade de produção, mas aumenta o poder dos proprietários apropriarem-se de parte cada vez maior da mais-valia global que lhes é dada pelo simples fato de serem proprietários privados da terra. O inverso ocorre com o capital aplicado na produção que, já que está concentrado, provoca o aumento da capacidade produtiva do trabalho, o que leva ao aumento da capacidade do capitalista de extrair mais-valia. Ariovaldo Umbelino Oliveira ressaltou que, apesar dessa contradição, terra e capital são produtos de relações sociais capitalistas. A propriedade não deve ser entendida como um entrave à expansão das relações capitalistas de produção no campo, mas como contradição necessária e fundamental do modo capitalista de produção, o tributo que o capital tem de pagar para expandir-se na agricultura e dominar o trabalho no campo. Trata-se de uma espécie de condição para manter aprisionada a terra e extrair mais-valia dos trabalhadores. Veja: Ariovaldo Umbelino Oliveira, "Agricultura e Indústria no Brasil", *Boletim Paulista de Geografia* n.º 58 (1981): 6.

Vale notar que, mais uma vez, o Estado atuou como catalisador do processo de forma eficiente, criando padrões sanitários e regras para concessão de crédito oficial que tornaram os produtores dependentes das tecnologias produtivas oferecidas pelas grandes corporações, como agrotóxicos, adubos químicos, maquinário etc. Através do I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), o Estado estabeleceu o aumento da utilização de fertilizantes NPK – nitrogenados (N), fosfatados (P) e potássicos (K) – como um dos objetivos do programa para a agricultura. Para tanto, foram estabelecidas linhas de crédito específicas e a utilização do uso de fertilizantes como critério de avaliação da capacidade do produtor na concessão de financiamentos, dado seu papel no aumento da produtividade agrícola. Os potássicos não eram produzidos no Brasil, de modo que eram importados e misturados aos nitrogenados e fosfatados na indústria. Setor intensivo em capital, a indústria de fertilizantes teve uma elevada presença de capital estatal até a década de 1990, principalmente através do grupo Petrofértil, empresa subsidiária da Petrobrás, que englobava as principais plantas de mistura dos nutrientes do Brasil.

Em um país de desenvolvimento dependente, como o Brasil, o papel do Estado é central, basta ver que a desarticulação das sociedades dos países dependentes dá um peso maior à burocracia estatal. Isso significa dizer que a penetração das multinacionais nas economias dependentes exige do Estado local uma atuação diferenciada em relação ao Estado do Centro. Além de suas funções tradicionais, nos países dependentes industrializados, o Estado deve coordenar a racionalidade global das multinacionais e as necessidades locais de acumulação, isto é, deve incentivar ou obrigar as multinacionais a exercerem atividades ou papéis que essas, por sua racionalidade global, naturalmente rejeitariam. Assim, a negociação e a barganha não são as únicas ferramentas disponíveis para o Estado dependente lidar com as multinacionais e a internacionalização de suas economias. A empresa estatal também é um instrumento importante, principalmente no caso brasileiro. Sua criação pode ocorrer a partir de diferentes necessidades do Estado: controlar os padrões de exploração de uma determinada atividade, o que culmina, muitas vezes, no monopólio da empresa estatal; fornecer insumos a baixo custo e infraestrutura, para estimular o desenvolvimento de determinadas atividades pelo capital privado; estabelecer um clima de competição com as multinacionais, a fim de incentivá-las ou coagi-las a assumir determinado papel; ou ainda pode ser caracterizada como uma expressão do nacionalismo – importante bandeira dos Estados dependentes—manifestada em políticas que visam intensificar a taxa de acumulação e o controle sobre setores considerados estratégicos para manter o controle social²⁴.

Apesar de ser uma empresa de abrangência nacional, no Centro-Oeste, a Embrapa foi essencial, uma vez que o capital privado nacional e as multinacionais não tinham interesse em investir na área de pesquisa e desenvolvimento agrícola em um país com ampla extensão territorial, ampla variedade de solos e climas e sem legislação específica sobre

.....
24. Peter Evans, *A Tríplice Aliança*, 52-55.

pesquisa de cultivares. Tal normatização foi instituída apenas em 1997 e, a partir dela, houve o surgimento de alguma garantia de retorno dos investimentos. O papel do Estado, nesse caso, foi o de assumir o controle de uma atividade na qual o setor privado inicialmente não tinha interesse e que era necessária para a efetivação de seu projeto de modernização agrícola e de aproveitamento econômico do espaço do Centro-Oeste. A criação da estatal também representou um incentivo, por parte do Estado, para que as multinacionais e o capital privado pudessem participar desse projeto, ao garantir, a baixo custo, para os novos empreendimentos, sementes adaptadas ao clima do Centro-Oeste.

A criação de empresas estatais de lógica empresarial mudou a burocracia administrativa do estado, marcando o surgimento de uma “burguesia estatal”, que participa do projeto de aumento das taxas de acumulação nos países dependentes em função do interesse geral do capital, mas não representa um movimento na direção de um capitalismo estatal: em lugar de ver a burguesia estatal como uma substituição da burguesia industrial, pode-se considerá-la uma espécie de “fração de classe”, que participa de um projeto comum tanto com as multinacionais quanto com o capital privado nacional. Cada grupo pode ver diferentes limitações no projeto e cada um deles pode ter interesses particulares que contrariam os interesses dos outros, mas todos têm uma alta taxa de acumulação no nível nacional²⁵. Aqui, nota-se que a “burguesia estatal”, fruto do intenso papel do Estado no desenvolvimento dependente, representa um fator de complexificação da organização social desses países. Essa dinâmica social mais complexa marcou o processo de integração do Centro-Oeste ao espaço econômico nacional. Através da Sudeco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), dos polos regionais de desenvolvimento, da Embrapa e da criação de novos municípios e espaços políticos regionais.

Dessa maneira, o Estado aumentou sua presença, força e a importância de seus agentes na região. Isso significou mais que a melhoria da infraestrutura regional, já que proporcionou o surgimento de uma classe de dirigentes e burocratas do Estado, o que não só alterava as condições de negociação, mas modificava a natureza institucional do Estado dependente na relação do imperialismo expresso nas multinacionais. Segundo Evans²⁶, o surgimento de uma “burguesia estatal” abre uma nova possibilidade de interação entre o Estado e os capitais nacionais e multinacionais. Esse setor participa de um projeto comum tanto com as multinacionais quanto com o capital privado nacional: a busca pelo aumento da taxa de acumulação. No entanto, ele pode assumir o papel de, muitas vezes, coordenar as necessidades locais de acumulação em contraponto à racionalidade global das multinacionais, o que o constitui, assim, como um forte elemento de barganha do Estado dependente com as multinacionais. A estratégia de acumulação dos Estados dependentes normalmente sofre forte influência da dinâmica da economia mundo capitalista, cuja tônica parte dos países centrais. Contudo, sob o contexto do

.....
25. Peter Evans, *A Trílice Aliança*, 53.

26. Peter Evans, *A Trílice Aliança*, 53.

desenvolvimento dependente, observou-se que a existência de uma “burguesia estatal” forte, juntamente com as modernas tecnologias agropecuárias da Revolução Verde e com o projeto nacional de industrialização empreendido pelos governos militares, tornou o pacto de classes do processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro mais complexo e dinâmico que aquele esperado para uma realidade local marcada pela dinâmica agroexportadora.

Os grandes capitais agroindustriais no processo de alienação e ajuste espacial

A divisão do trabalho na economia-mundo capitalista é composta por produtos dos países centrais (produtos complexos) e produtos dos países periféricos (matérias-primas agrícolas; minerais; alimentos *in natura*), mas alguns países conseguem ter uma mescla entre essas categorias de produtos, compondo a semiperiferia, que tem propriedades políticas específicas²⁷. Na segunda metade do século XX, em especial entre 1950 e 1970, o capital estrangeiro instalou unidades produtivas no Brasil com o intuito de investir os capitais acumulados e fugir da crescente competição e dos altos salários e custos no centro da economia-mundo capitalista. Instalaram-se no Brasil em condições oligopolísticas, com incentivos estatais e um mercado consumidor pouco explorado. Dessa forma, as taxas de lucro foram recompostas através de um ajuste espacial que reorganizou a divisão do trabalho com a instalação de indústrias não inovadoras na semi-periferia.

Durante o processo de modernização conservadora da agropecuária, os capitais multinacionais ampliaram sua presença no campo. O excedente da atividade agropecuária foi apropriado de forma crescente pelos capitais agroindustriais, ora no âmbito da produção, através de oligopólios produtores, ora no âmbito da circulação²⁸, conforme o modo como o grande capital articulou-se nos vários setores e as especificidades das produções. Nesse período, foram lançadas as bases para a crescente internacionalização e concentração dos mercados de insumos e processamento agrícolas nas mãos das multinacionais, processo que se fortaleceu durante anos de 1990. No caso das oleoginosas, o mais emblemático para a região Centro-Oeste, observa-se o predomínio da atuação do capital industrial ou comercial na circulação de seus derivados e na venda de insumos agrícolas para a sua produção. A atuação capital agroindustrial no processo de incorporação subordinada do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro tem reflexos diretos na forma

27. Immanuel Wallerstein, *Análisis de sistemas-mundo* (Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2011), 21-22.

28. Com o processo de modernização conservadora, as atividades agropecuárias passaram a contar com a atuação oligopolista industrial em várias etapas, segundo o tipo de produção. Em linhas gerais, observou-se que o processo produtivo de cana-de-açúcar é oligopolizada já em sua fase de inicial (plântio). Já os gêneros alimentícios têm sua produção mais distribuída, com participação expressiva, e até mesmo majoritária, de propriedades familiares e empresariais de menor porte, de forma que os capitais industriais atuam oligopolisticamente na circulação, isto é, na compra dos gêneros *in natura* dos produtores, o que tende a reduzir os preços para o produtor e a aumentar o preço dos produtos beneficiados-processados para o consumidor, bem como na venda de insumos agrícolas para as propriedades rurais. No caso das oleoginosas, o que inclui a soja, observa-se que o capital agroindustrial atua mais significativamente na esfera da circulação.

de organização do mercado agroindustrial atual e nas suas consequências para o Centro-Oeste e para o país. Conforme mostra a figura 2, 13 das 100 maiores empresas que atuavam no país em 2014 eram do ramo de alimentos ou de agronegócio, segundo o ranking anual das mil empresas brasileiras do Jornal Valor Econômico. Analisadas as atividades dessas empresas, verificou-se que 12 delas atuam tanto no ramo alimentício quanto no ramo agroindustrial, o que evidencia a elevada integração entre agropecuária e indústria.

Figura 2. Principais empresas do ramo alimentício e do ramo agropecuário que atuam no Brasil (2014) classificadas entre as 100 maiores empresas que atuam no país

Classificação		Empresa	Sede	Setor de atividade	Receita líquida (em R\$ milhões)	Capital (Origem)	Lucro líquido (em R\$ milhões)
2014	2013						
2	3	JBS *	SP	Alimentos e Bebidas	120.470,0	BR	2.406,4
10	10	Ambev *	SP	Alimentos e Bebidas	38.079,8	BE/BR	12.362,0
12	12	Bunge Alimentos *	SC	Alimentos e Bebidas	34.084,3	HO	1.107,3
17	14	BRF *	SP	Alimentos e Bebidas	29.006,8	BR	2.224,9
19	18	Cargill *	SP	Alimentos e Bebidas	26.150,7	US	481,2
22	25	Marfrig *	SP	Alimentos e Bebidas	21.073,3	BR	-720,3
37	34	LDC Brasil *	SP	Alimentos e Bebidas	13.907,9	FR	-167,1
54	54	Amaggi *	MT	Alimentos e Bebidas	8.869,0	BR	81,7
64	88	Coca-Cola FEMSA *	SP	Alimentos e Bebidas	7.786,8	MX	355,3
75	83	Minerva *	SP	Alimentos e Bebidas	6.987,2	BR	-418,2
83	92	Aurora Alimentos	SC	Alimentos e Bebidas	6.121,1	BR	417,9
58	62	Coamo	PR	Agropecuária	8.155,6	BR	647,7
88	-	Nidera Sementes * *	MG	Agropecuária	5.819,4	BR	-4,2

Fonte: Valor Econômico. As 1000 maiores empresas do Brasil em 2014 (São Paulo: Editora Globo, 2015), <http://www.valor.com.br/valor1000/2014> Acesso em 28/2/2018.

Ressalta-se também que, entre as 13, apenas 5 eram de capital nacional. Essa internacionalização da agroindústria brasileira também pode ser evidenciada, se as principais empresas que atuam em diferentes setores da agroindústria brasileira forem investigadas. O setor de defensivos agrícolas (herbicidas, fungicidas e inseticidas), por exemplo, está oligopolizado por cerca de sete corporações multinacionais que, além de atuarem na venda de insumos agrícolas, também têm grande participação no ramo de sementes: Syngenta (Suíça), Dupont (Estados Unidos), Dow Chemical (Estados Unidos), Bayer (Alemanha), Novartis (Suíça), Basf (Alemanha) e Milenia (Holanda-Israel). Todas são de origem estrangeira e têm suas sedes brasileiras na cidade São Paulo, enquanto as plantas industriais concentram-se no interior do mesmo estado, no complexo de Camaçari, na Bahia, no estado do Rio de Janeiro e na

região Sul. No Centro-Oeste, a Syngenta tem uma fábrica em Formosa (GO), enquanto as demais têm apenas centros de distribuição comercial e beneficiamento.

Esse levantamento evidencia o baixo potencial de dinamização e diversificação da economia local da agropecuária capitalista, que se desenvolveu na região a partir do processo modernização conservadora. Apesar do Centro-Oeste ter consumido 23% de todos os agrotóxicos vendidos no país em 2011, segundo o MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), as sedes nacionais de todos os principais fabricantes, assim como a maior parte das plantas industriais, não estão na região. O setor de fertilizantes tem uma dinâmica um pouco diferente. Apesar de ele estar concentrado nas mãos das empresas estadunidenses Cargill e Monsanto e da holandesa Bunge, até 1996, teve participação majoritária do capital nacional. Além disso, as principais multinacionais do ramo, apesar de sediadas em São Paulo, têm maior presença física na região Centro-Oeste.

A Cargill tem terminais terrestres, unidades fabris e fazendas de soja e cana-de-açúcar no Centro-Oeste. Atua também na fabricação de maquinário, alimentos e financiamentos rurais. A Bunge controla fábricas, moinhos, portos, silos e terminais terrestres em 19 estados e no DF. A Monsanto tem uma elevada atuação no Centro-Oeste, com centros comerciais ou de processamento nas cidades de Campo Novo do Parecis (MT), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT), Campo Verde (MT), Sorriso (MT), Santa Helana de Goiás (GO), Morrinhos (GO), Goiânia (GO), Brasília (DF), Chapadão do Sul (MS) e Dourados (MS), além de atuar no ramo de agroquímicos e no desenvolvimento de sementes. No setor de esmagamento e processamento de grãos, além da Cargill, que é a maior esmagadora de soja do Brasil, destacam-se a Bunge e a Monsanto – que também são reconhecidas pela elevada atuação no mercado alimentício e na área de energia –, além da Dreyfus e da ADM, que chegaram ao Brasil nos anos de 1990. A *holding* André Maggi, a Caramuru Alimentos, a Brejeiro, a Granol e cooperativas de produtores também merecem destaque no quesito participação mais significativa de grupos nacionais.

A Caramuru foi fundada em 1964, em Maringá (PR), e chegou ao Centro-Oeste em 1975, na cidade de Itumbiara (GO). Tem atuação expressiva na industrialização de grãos, exportação de soja em grãos, farelos e óleos. A Brejeiro, com sede em Orlandia (SP), comercializa e processa soja em grãos, além de produzir óleo e farelo. A Granol produz óleo para o mercado interno e exporta grãos e farelo. A principal cooperativa de produtores a atuar no mercado de soja é a Comigo, sediada em Rio Verde (GO), que além de esmagar soja, atua no segmento comercial varejista e na armazenagem de grãos. Apesar da presença relevante do capital nacional no setor de processamento, através de fusões e aquisições, os mercados de fertilizantes, defensivos agrícolas e esmagamento de grãos foram concentrados em grandes *holdings* internacionais, reforçando seu poder oligopsônio²⁹.

Postas as inovações da Revolução Verde e a dinâmica do projeto de modernização conservadora da agropecuária, tornou-se possível para as multinacionais estabelecer amarras aos

29. Oligopsônio é uma forma de mercado com poucos compradores. Os oligopsônistas têm poder de mercado devido ao fato de poderem influenciar os preços de determinado bem apenas variando a quantidade comprada. Denise Elias, *Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto* (São Paulo: Edusp, 2003).

produtores através da venda de um plano de produção com serviços de assistência técnica e orientação de investimentos, que inclui a visita de agrônomos e técnicos contratados às propriedades. A vinda dessas empresas para o Brasil contou com a ajuda de fortes incentivos estatais, ainda que indiretos. Foram incentivos fiscais para investimentos na agroindústria, em infraestrutura viária e de estocagem através da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e de incentivos normativos indiretos, que, através do estabelecimento de preços mínimos e de regras sanitárias, levaram à padronização do processo produtivo, segundo os padrões das tecnologias oferecidas pelas grandes multinacionais. Os grandes capitais agroindustriais estão compostos essencialmente pelas companhias e pelas empresas das multinacionais citadas acima, que obedecem à lógica internacional de extração de uma taxa máxima de excedente.

Esses capitais refletem e dão forma à ordem econômica internacional, às suas relações com fornecedores de serviços do centro e sua tendência de desarticulação em relação à tecnologia e às condições sociais locais que demarcam diferenças em relação às firmas nacionais. O esquema de tríplice aliança foi elaborado para estudar os setores industriais urbanos que se desenvolveram sob comando do capital multinacional na região Sudeste. Intimamente ligado à produção de rações, que é um setor agroindustrial oligopolizado, o setor de grãos e óleos vegetais, que inclui a soja, desafia esse esquema. A produção do grão é comandada, majoritariamente, pela classe agrícola local e o excedente agrícola é, em parte, tomado pelo capital industrial, através das indústrias processadoras e da venda de insumos agrícolas. No entanto, a inovação que possibilitou expansão do cultivo da soja nos solos do Cerrado foi empreendida pelo Estado brasileiro, através da Embrapa. Isso significa dizer que a atuação das multinacionais na região Centro-Oeste não se deu somente a partir de uma decisão do centro, mas também a partir da indução estatal periférica de tecnologias agrícolas que possibilitaram a exploração de novas terras. Ou seja, em contrapartida às novas sementes desenvolvidas e aos novos solos que passaram a ser explorados, muitas das tecnologias produtivas comercializadas pelo capital internacional tiveram que ser adaptadas a essa nova realidade, de modo que a atuação do capital internacional, nesse caso, não ficou restrita somente à exportação de tecnologias do centro para a periferia.

A atuação dos capitais internacionais no setor agropecuário deve ser entendida a partir das relações de poder que comandam o modelo brasileiro de industrialização e modernização econômica: ação conjunta entre capital privado nacional, capital estrangeiro e estatal. É inegável que a ação das multinacionais vai da esfera mercantil e financeira à industrial, com forte apoio do Estado, que garante, em conjunto, a canalização de parte do excedente agrícola para a agroindústria, para os setores especulativos imobiliários e para as matrizes das transnacionais através de remessas de parte dos lucros³⁰. Entretanto, esse processo engendrou um potencial dinamizador local, que é capaz de reproduzir em uma região, cuja economia baseia-se na produção agropecuária um tripé social tradicionalmente relacionado

.....
30. Ariovaldo Umbelino Oliveira, "Agricultura e Indústria", 39-40.

à industrialização. Destaca-se, ainda, que a relação entre os pilares desse tripé mostra-se dialética, tanto no que diz respeito à atuação das elites locais e ao papel do capital nacional na agroindústria quanto às respostas que os capitais internacionais tiveram que dar a variáveis locais, como as condições naturais e a ação do Estado.

Conclusão

A Revolução Verde e a instalação da moderna agropecuária no Centro-Oeste, a partir de 1970, podem ser entendidas como parte de um processo de ajuste espacial da economia-mundo capitalista, no qual o grande capital multinacional procurou obter o controle não só do setor industrial, mas também da produção agropecuária dos países da semi-periferia. Justamente por almejar, através de uma eficiência alocativa da divisão geográfica do trabalho, a continuidade da expansão da acumulação de capital nos países centrais, as multinacionais buscaram expandir suas atividades e articular sua racionalidade nos setores mais rentáveis da produção agropecuária: as *commodities*. As multinacionais agroindustriais e os produtores rurais que se estabeleceram na região, a partir do movimento migratório oriundo da região Sul, encontram na cadeia produtiva de soja, cujo plantio é amplamente desenvolvido no Centro-Oeste brasileiro, apoio estatal no sentido de participar de um pacto regional de classes, de mobilizar mão de obra e de garantir a segurança institucional da grande propriedade rural capitalista e investimentos em infraestrutura.

Com tais condições, as multinacionais controladoras da agroindústria e dos insumos encontraram no Centro-Oeste um mercado capaz de garantir altas taxas de rentabilidade e poucos obstáculos por parte do Estado semi-periférico brasileiro diante da condição oligopolística na qual se inseriram no país. O aproveitamento econômico da região Centro-Oeste e a opção pelo modelo agroexportador sob influência de multinacionais estrangeiras pode ser enquadrado como um reflexo do “ajuste espacial” pelo qual a economia-mundo capitalista passou durante as décadas de 50, 60 e 70 do século XX. O papel do Estado brasileiro nesse período foi fundamental. Com o objetivo de intensificar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, o Estado garantiu que o espaço nacional fosse aproveitado sob os preceitos do sistema de trocas desiguais, o que garantiu o fluxo de parte da mais valia rumo aos países centrais. O “ajuste espacial” colocou o Centro-Oeste como um dos pilares da inserção do Brasil na divisão do trabalho e na economia-mundo capitalista: semiperiferia exportadora de produtos industrializados não inovadores e matérias-primas. A expansão da agropecuária na região foi marcada pela inauguração de uma nova relação entre espaço e formação social, amplamente ligada à dinâmica da economia-mundo capitalista no período.

O conjunto de relações que marcam essa nova realidade do Centro-Oeste tem um significado regional particular, mas não pode ser entendido fora do nível da totalidade, pois

é ela que permite explicar a redistribuição quantitativa e qualitativa das infraestruturas sociais e físicas, assim como suas relações com o espaço e o pacto regional de classes. A combinação localizada de uma estrutura demográfica; de uma estrutura de classes, de padrões de consumo e de organização da produção específicos compõem uma realidade na qual a ação conjugada entre Estado, capital agroindustrial e proprietários de terra produziu as condições para que o espaço do Centro-Oeste pudesse ser aproveitado economicamente, segundo o projeto econômico dos governos militares. Esse projeto imprimiu um caráter de subordinação da atividade agropecuária desenvolvida na região em relação ao grande capital agroindustrial e financeiro. A subordinação reside justamente no fato de as tecnologias agropecuárias, que passaram a ser decisivas no campo, tanto a jusante quanto a montante, bem como a demanda pelos gêneros produzidos, terem ficado sob controle das agroindústrias produtoras de máquinas, defensivos agrícolas e processadoras de alimentos, que passaram a apropriar-se de parte importante da renda da terra e até mesmo a utilizá-la como reserva de valor no mercado imobiliário.

O atributo produtivo da região Centro-Oeste: uma combinação entre latifúndio monocultor, elevada concentração de terras, elevada tecnologia e integração da agricultura com a indústria; confirma e, ao mesmo tempo, desafia as teorias relacionadas à temática do desenvolvimento dependente. O pacto regional de classes com base no tripé proprietários de terra, capitais agroindustriais nacionais e, principalmente, multinacionais, e Estado confirma a configuração local do tripé que marcou o desenvolvimento industrial brasileiro, segundo o marco teórico da Teoria da Dependência. A novidade está justamente no fato de, numa formação econômica incorporada ao capitalismo brasileiro a partir da agropecuária, estarem articulados atores sociais muito semelhantes aos presentes em uma teoria voltada a explicar o desenvolvimento dependente a partir do processo de industrialização. Essa presença evidencia não só o processo de industrialização da agropecuária, em especial do setor de soja, mas também o processo de incorporação do Centro-Oeste ao capitalismo brasileiro como expressão regionalizada do processo de ajuste espacial do capitalismo mundial e seus reflexos na agricultura.

Referências

Fontes primárias

Documentos e manuscritos

- [1] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico de 1970*. Rio de Janeiro: S.e., 1970.
- [2] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Industrial de 1970*. Rio de Janeiro: S.e., 1970.
- [3] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Anuário estatístico 1970*. Brasília: S.e., 1971.
- [4] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Industrial de 1975*. Rio de Janeiro: S.e., 1975.
- [5] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Industrial de 1980*. Rio de Janeiro: S.e., 1980.
- [6] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: S.e., 1980.
- [7] Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) 1964-1966 – Síntese*. Brasília: S.e., 1964.
- [8] Valor Econômico. *As 1000 maiores empresas do Brasil em 2014*. São Paulo: Editora Globo, 2015. <http://www.valor.com.br/valor1000/2014>

Publicações periódicas

- [9] Gazeta Mercantil. *Atlas Financeiro do Brasil, 1981. Quem é Quem na Economia Brasileira. Balanço Anual e Visão da Gazeta Mercantil, 1981*.

Fontes secundárias

- [10] Baran, Paul e Paul Sweezy. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1966.
- [11] Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto. *Dependência e desenvolvimento da América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1977.
- [12] Cunha, José Marcos Pinto. “Dinâmica Migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* Vol: 23 n.º 1 (2006): 87-107.
- [13] Delgado, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.
- [14] Diniz, Bernardo Palhares Campolina. “O Grande Cerrado do Brasil Central: geopolítica e economia”. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2006.
- [15] Elias, Denise. *Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto*. São Paulo: Edusp, 2003.

- [16] Evans, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.
- [17] Ministério dos Transportes. “Mapa rodoviário federal”. *Anuário estatístico de Transportes*. Brasília, 2016.
- [18] Mueller, Charles Curt. “Políticas Governamentais e Expansão Recente da Agropecuária no Centro-Oeste”. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas* Vol: 3 n.º 1 (1990): 45-74.
- [19] Oliveira, Ariovaldo Umbelino. “Agricultura e Indústria no Brasil”. *Boletim Paulista de Geografia* n.º 58 (1981): 5-64.
- [20] Pires, Murilo José de Souza. “O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil”. *Revista Econômica do Nordeste* Vol: 40 n.º 3 (2009): 411-424.
- [21] Rangel, Inácio. *Obras reunidas*, Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- [22] Santos, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.
- [23] Wallerstein, Immanuel. *Análisis de sistemas-mundo*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2011.



Cómo citar

Vazquez Soares, Herick. “Agropecuária e indústria no Centro-Oeste brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980: uma análise de classes”. *Historia y Sociedad* n.º 35 (2018): 241-267. <http://dx.doi.org/10.15446/hys.n35.66414>